

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DESCOLONIZAÇÃO EPISTÊMICA EM PESQUISAS

ANTI-RACIST EDUCATION AND KNOWLEDGE PRODUCTION AND EPISTEMIC DECOLONIZATION IN RESEARCH

Marcos Antonio Batista da Silva

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorando no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC).
E-mail: marcosilva@ces.uc.pt

Max Ruben Tavares de Pina Ramos

Doutor em Antropologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e mestre em Antropologia Social e Cultural pela mesma instituição. Pesquisador independente e investigador do projeto “Constelações de memória: um estudo multidirecional da migração e memória pós-colonial” (PTDC/SOC-ANT/4292/2021), Universidade de Lisboa.
E-mail: maxruben10@gmail.com

Resumo: O presente ensaio é fruto da comunicação dos autores sobre descolonização epistêmica, educação antirracista e ensino superior que foi apresentada no Seminário “Interloquções Internacionais”, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), na modalidade virtual, ocorrido em 2022 relacionado ao Programa Capes/Print, que visou, entre outros pontos, estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vista a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação. No seminário, foi possível dialogar com os desafios apresentados pelas lutas concretas e seus desdobramentos em diversos contextos do combate ao racismo e em prol de uma educação antirracista nas sociedades contemporâneas, além da defesa de uma maior convergência das ciências sociais e humanas com as agendas das populações histórica e politicamente excluídas.

Palavras-chave: Educação antirracista. Produção de conhecimento. Descolonização de currículos. Educação das relações étnico-raciais. Antropologia.

Abstract: This essay is the result of the authors' communication on epistemic decolonization, anti-racist education and higher education and was presented at the "International Interlocutions" Seminar, together with the Postgraduate Program in Education, Art and History of Culture at Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), in the modality virtual, which took place in 2022 related to the Capes/Print Program which aimed, among other things, to stimulate the formation of international research networks with a view to improving the quality of academic production linked to postgraduate studies. At the seminar it was possible to discuss the challenges presented by concrete struggles and their consequences in different contexts of combating racism and in favor of anti-racist education in contemporary societies. In addition to defending greater convergence of social sciences and humanities with the agendas of historically and politically excluded populations.

Keywords: Anti-racist education. Knowledge production. Decolonization of curricula. Education of ethnic-racial relations. Anthropology.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio é derivado da comunicação dos autores apresentada no Seminário "Interlocuções Internacionais", no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura (PPGEAHC) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), na modalidade virtual, ocorrido em 4 de abril de 2022. O seminário discutiu o desenvolvimento profissional e as fontes de conhecimento de docentes de diversos níveis, e teve como objetivo aproximar os corpos docente e discente das pesquisas internacionais do PPGEAHC, mantendo o diálogo com os pesquisadores que estavam participando do Programa Institucional de Internacionalização (Capes/Print)¹ visando aprofundar relações internacionais do programa. Isto é, fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas, estimulando a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação. Também, ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação de instituições envolvidas no programa, fomentando a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional e integrando outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização da ciência.

No seminário, tivemos a oportunidade de discutir a educação antirracista, especialmente na educação superior, e as dimensões éticas, epistêmicas e políticas que

¹ Mais informações estão disponíveis em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>. Acesso em: 10 jan. 2024.

envolvem a “etnografia em casa”, além questões que perpassaram o antirracismo e a descolonização de currículos educacionais e modos de fazer pesquisas. Esta primeira discussão foi realizada por Max Ruben Tavares de Pina Ramos, africano, cabo-verdiano, licenciado em Antropologia pela Universidade de Coimbra, mestre em Antropologia Social e Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e doutor em Antropologia pela mesma instituição, com a tese intitulada “Missionários do sul: evangelização, globalização e mobilidades dos pastores cabo-verdianos da Igreja do Nazareno” (Ramos, 2015). Esse autor tem trabalhado ao longo dos anos sobre várias temáticas, entre as quais: práticas musicais (o *batuku*) entre os migrantes cabo-verdianos e os seus descendentes na área metropolitana de Lisboa; antropologia da religião, examinando as mobilidades e a globalização missionária protestante nazarena cabo-verdiana; concepção e gestão da morte entre os migrantes cabo-verdianos em Lisboa; e islamofobia em Portugal.

A segunda comunicação foi promovida por Marcos Antonio Batista da Silva, brasileiro, autodeclarado negro. Em geral, os estudos dele voltam-se para os campos da psicologia, sociologia e educação, principalmente sobre os estudos da relações étnico-raciais. Nos últimos anos, o autor tem participado de pesquisas que discutem a produção de conhecimento sobre raça, racismo e antirracismo no ensino superior, envolvendo culturas acadêmicas, curriculares, epistemológicas e descolonização de currículos, além de investigações sobre trajetórias de “pesquisadores negros”, e com um olhar também voltado à escolha profissional de jovens, em especial os racializados.

As discussões acadêmicas têm permitido a Silva compreender melhor o fenômeno da desigualdade social e as questões étnico-raciais nas sociedades contemporâneas, principalmente no Brasil. Por um lado, pela perspectiva do monitoramento das políticas públicas educacionais e, por outro, pela luta constante dos movimentos sociais de base (Movimento Negro brasileiro), sobretudo com um olhar analítico e político para o campo de estudos das relações étnico-raciais, no intuito de descrever e interpretar a operação do racismo estrutural na produção e sustentação de desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas, e de reflexão sobre estratégias para sua superação.

Na primeira seção, Ramos (2022) tece algumas considerações sobre as implicações éticas, epistêmicas e políticas do ato de fazer “etnografia em casa” e as inquietudes que envolvem a produção de conhecimento nas chamadas universidades ocidentalizadas. Na segunda seção, Silva (2017, 2023) discute a educação antirracista no ensino superior brasileiro, no que se refere ao combate ao racismo institucional, visando eliminar formas de discriminação, racismo e opressão que atingem populações racializadas (negros, povos indígenas) e que se reproduzem especialmente no campo educacional. Em seguida, apresentamos nossas considerações finais.

INQUIETUDES QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ANTROPOLOGIA

Ramos (2022) tem refletido sobre o ato de fazer “etnografia em casa” e os seus desafios éticos e epistêmicos. Tem escrito sobre a pesquisa ativista, a produção de conhecimento e a governança da episteme e corpos negros nas chamadas universidades ocidentalizadas. Acerca da “etnografia em casa”, o autor tem revisitado e examinado algumas categorias como “campo”, “nativo”, *insider*, *outsider*, assinalando o contexto histórico e epistemológico em que emergiram. É sobre algumas inquietudes que envolvem a etnografia em casa, focando a noção de “campo” na antropologia, que as páginas a seguir darão conta.

Refletindo sobre o “campo”:

Durante a minha formação acadêmica, por ser cabo-verdiano, soava-me estranho a expressão “ir para trabalho de campo”, visto que esse “campo” coincidia com os sítios ou o universo de onde sou oriundo. Mas há outro aspeto. Nessa altura, a maior parte da literatura antropológica com a qual me cruzei remetia-me para esse “campo” que foi desenhado no período colonial e representado como longínquo, desconhecido, exótico e não-familiar onde se estuda um ser humano muito diferente de “nós” (ocidentais) (Ramos, 2022, p. 63).

Durante décadas, a etnografia desenvolvida por Bronislaw Malinowski nas Ilhas Trobriand² teve um impacto decisivo na forma como se passou a conceber e imaginar o que seria o “trabalho de campo”. “Campo” passou a estar fortemente associado a terras longínquas, a terrenos distantes. Distantes da urbe, dos terrenos metropolitanos, onde se redigiam as monografias sobre os “outros”, “primitivos”, “selvagens”. A partir desse olhar, os “outros” podiam ser vistos como meros objetos. Objetos para observação, experimentação, manipulação ou para uma eventual extinção, convocando aqui Vine Deloria (1988, p. 81), na sua crítica aos antropólogos. Sobre a concepção do “outro” e como a antropologia construiu o seu “objeto” de estudo, importa mencionar o trabalho de Johannes Fabian (2013). Voltemos ao “campo”.

À constatação de Roger Caillois de que “Só há etnografia branca”, Aimé Césaire (1978, p. 61) repara: “É o Ocidente que faz a etnografia dos outros, não os outros que fazem a etnografia do Ocidente”. Esta observação de Césaire acaba por, entre outras ilações que podemos retirar, nos remeter para a divisão entre o “campo”, exótico e

2 As Ilhas Trobriand são atóis coralinos que formam um arquipélago de aproximadamente 440 km² ao longo da costa oriental da Nova Guiné. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilhas_Trobriand. Acesso em: 10 jan. 2024.

remoto, em que se etnografavam os outros, e as antigas metrópoles coloniais, onde o antropólogo se dedicava à escrita do “material” etnográfico. Os territórios colonizados eram assim concebidos como o *locus* por excelência da pesquisa etnográfica. E o que acontece quando os sujeitos racializados, vistos historicamente como “outros” ou ainda “primitivos”, passam a estudar os seus próprios contextos? Que noção de “campo” pode emergir a partir da pesquisa em casa? Que lugar ocupam as pesquisas negras e indígenas na reconfiguração epistêmica da antropologia e na governança da academia?

Foto 1: Contexto indígena



Fonte: I Bienal Carioca de Arte Indígena, Rio de Janeiro. Acervo dos autores.

Fazer etnografia em casa levanta uma série de implicações e ponderações. O “campo” é, em princípio, conhecido, familiar. Frisamos o “em princípio” porque, como nos chama a atenção Kirin Narayan (1993, p. 878), o/a antropólogo/a *insider* pode ser simultaneamente *insider* e *outsider* se certas “lógicas domésticas” lhe soarem estranhas. Mais importante ainda sobre esse assunto, alguns pensam que basta ao *insider* se posicionar apenas a partir do “lugar social”.

As opressões e a violência gratuita contra as pessoas negras/afrodescendentes, por exemplo, têm demonstrado que esse posicionamento se revela não somente insuficiente, como também reduz a capacidade de se desenvolver uma ética que desafie as lógicas hegemônicas. Por essa razão (isto é, perante a subjugação racial, prescrições neoliberais e imperiais), cabe ao pesquisador *insider* pensar “epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno” (Grosfoguel, 2008, p. 119). Adentrar nesse lugar permite-nos, por exemplo, pensar na reconceitualização da noção de “campo”. Aqui nos juntamos a Enedina Alves (2015, p. 42) e à sua etnografia na qual se substitui “trabalho de campo” por “trabalho de casa”.

Foto 2: Mémorial de l'Abolition de l'Esclavage – Nantes, França



Fonte: Acervo dos autores.

Enedina Alves é uma pesquisadora, advogada e artista ativista negra, e trabalhou sobre mulheres negras encarceradas na Penitenciária Feminina de Santa'Ana, na cidade de São Paulo, no Brasil. No estudo de Enedina Alves, o “campo” é “casa”, e as demandas domésticas – no caso, o encarceramento desproporcional de mulheres negras no Brasil – requerem uma abordagem metodológica e epistêmica diferente. Sem abrir mão do “distanciamento crítico da realidade a ser observada”, há que intervir pela via de “engajamento crítico” e “compromisso ético”, diz-nos Alves (2015, p. 8-9).

A noção de “trabalho de casa” de Enedina Alves é um contributo original e precioso no processo de descolonização da antropologia: Jones (1970), Magubane e Faris (1985), Harrison (1991), Smith (1999), Mafeje (2001), Hale (2008), Tonda (2012), Allen e Jobson (2016), Shange (2019) e Alves (2021). Imaginemos o diálogo entre “trabalho de casa” de Alves (2015) e a ideia de Harrison (1991) de “antropologia como um agente de transformação”. Seria um diálogo frutuoso. Ambas as ideias convergem no sentido de concanetar as agendas e demandas das populações historicamente desumanizadas pelos projetos coloniais e neocoloniais com uma antropologia que recuse o que Tiffany King (2017, p. 163) denominou “sistemas epistemológicos necropolíticos”.

O movimento em direção a essa recusa implica questionar seriamente a tradição liberal da disciplina e o posicionamento neutral ou imparcial e reformista dos/as antropólogos/as, como têm discutido Magubane e Faris (1985), Alves (2021) e Ramos (2022). No entanto, pesam aqui os legados coloniais e eurocêtricos que privilegiam certas correntes de pensamento da disciplina em detrimento de outros. Esses legados acabam, em grande medida, por determinar o olhar e o gesto antropológico de observar,

interpretar, analisar, teorizar e redigir monografias. Jafari Allen e Ryan Jobson (2016) mostram-nos quanto a antropologia perdeu ao suprimir a obra *De l'egalite des races humaines*, de Anténor Firmin, publicada em 1885, de seu cânone.

Nesse livro, Anténor Firmin, antropólogo haitiano, rebateu os postulados racistas de Arthur de Gobineau publicados no *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Firmin antecipou ideias abordadas hoje na “teoria crítica da raça” e outras posteriormente, exploradas por Michel Foucault, Walter Rodney ou Cheikh Anta Diop (Gordon, 2008, p. 56-65). Que antropologia teríamos ao longo do século XX se o trabalho de Anténor Firmin fosse absorvido e as suas linhas de pensamento debatidas nos programas de graduação e pós-graduação das universidades? Os horizontes metodológicos, epistemológicos e teóricos da disciplina seriam mais abrangentes certamente. Etnografias conduzidas por pessoas negras e indígenas têm levantado questões pertinentes e desafiadoras para a disciplina. Elas têm sugerido que devemos repensar a forma como encaminhamos a produção de conhecimento antropológico e o modo de fazer etnografia.

Não se trata de desconsiderar as relevantes contribuições da antropologia na compreensão das múltiplas e complexas formas de conceber o mundo e as suas culturas, tradições, religiões, cosmologias, bem como questões que se prendem com gênero, sexualidade, parentesco, comensalidade, doença, saúde, tratamento ou cura. Muito menos ignorar o seu contributo no sentido de ampliar o nosso entendimento sobre política, economia, Estado, justiça e sistemas legais, nacionalismos, movimentos sociais, direitos, cidadania, novas tecnologias, migrações, colonialismo, império e por aí em diante. Para entendermos o apelo que as etnografias negras, por exemplo, fazem acerca de descolonização epistêmica e de posicionamentos engajados/alternativos no exercício etnográfico, é necessário que situemos o contexto no qual elas emergem.

Essa localização é importante. Tomemos como exemplo o conceito de “trabalho de campo” de Enedina Alves. Historicamente falando, etnografias como a de Alves emergem de regiões onde, por exemplo, a privação de direitos, a acumulação de desvantagens socioeconômicos, a violência estatal (tendo na brutalidade policial a sua face mais visível) ou o encarceramento em massa representam uma realidade quotidiana e duradoura. Partindo de territórios marcados pela segregação, despossessão e violência, etnógrafas/os negras/os têm forjado um exercício etnográfico criativo e ativista no qual a imaginação e a projeção de sociedades justas ocupam um lugar central. Em suma, são novas avenidas que se abrem para a prática etnográfica e, por extensão, para a reconstrução disciplinar da antropologia.

De acordo com Ramos (2022, p. 65):

A estreita ligação entre a ciência ocidental e o colonialismo é incontestável. A cumplicidade da antropologia com o empreendimento colonial

tem sido assinalada. É importante termos presente que, assim como outras disciplinas, a antropologia não se descolonizou e tem privilegiado um olhar eurocêntrico sobre o “Outro” e o mundo.

Contudo, Ramos (2022) propôs defender uma maior convergência da antropologia com as agendas das populações histórica e politicamente desumanizadas, a fim de, por meio de projetos colaborativos, engendrar a regeneração da disciplina e a imaginação de sociedades justas.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DESCOLONIZAÇÃO DE CURRÍCULOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O debate de Silva (2021, 2023) sobre a educação antirracista, especialmente na educação superior brasileira, vem desde a construção da tese de doutorado, quando discutiu sobre a trajetória de estudantes negros da pós-graduação, à luz dos estudos das relações étnico-raciais, envolvendo teorias de raça, racismo e antirracismo, entendendo raça como uma construção social e um conceito analítico fundamental para a compreensão de desigualdades socioestruturais e simbólicas instituídas e observadas nas sociedades contemporâneas (Guimarães, 2003, 2005), e uma concepção de racismo que integra as dimensões estrutural e simbólica na compreensão da produção e reprodução das desigualdades sociais (Essed, 1991). Ancorado pelo referencial metodológico de J. B. Thompson (2011), Silva (2015) dialogou com as dimensões da exclusão social, abrangendo as dimensões objetiva – referente à desigualdade social –, ética – referente às injustiças sociais – e subjetiva – referente ao sofrimento ético-político produzido pela exclusão social. Assim, Silva (2015) deu ênfase ao embate entre as formas “sutis” de manutenção de estruturas excludentes em políticas públicas de inclusão e a potência de resistência dos sujeitos, indicando que, ao mesmo tempo que tais políticas são fundamentais para a superação de desigualdades, elas só tendem a efetuar-se pela força do sujeito e dos movimentos sociais de base, incluso o Movimento Negro brasileiro (Sawaia, 2009, 2013; Silva, 2015).

As discussões de Silva (2021, 2023) perpassaram também pelo âmbito do projeto POLITICS (2017-2023)³, que integrou como pós-doutorando e que teve como foco central a análise das relações de poder que configuram o antirracismo em contextos latino-americanos e europeu. Em um dos eixos do projeto POLITICS (2017-2023), Silva investigou a produção de conhecimento sobre raça e (anti)racismo em universidades públicas, em dois países (Brasil e Peru). Silva integrou o eixo que envolveu pesquisas

3 A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas, financiado pela European Research Council (Projeto: 725402 —POLITICS —ERC-2016-COG) e sediado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://politics.ces.uc.pt/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

sobre culturas acadêmicas e curriculares no Brasil e no Peru, no campo das ciências sociais e humanas, em universidades públicas, nas cidades de Lima, Peru e Rio de Janeiro. O “Caderno de debate do projeto POLITICS: o antirracismo em disputa, conceitos, debates públicos & projetos políticos traz de maneira ilustrativa e informativa os principais resultados da pesquisa sobre a temática investigada” (Coelho *et al.*, 2023).

O debate proposto por Silva e Muniz (2024) acerca da produção de conhecimento sobre raça, racismo, antirracismo e descolonização de currículos teve como fundamentação teórica-metodológica o diálogo com autores, como Carmichael e Hamilton (1967), Fanon (2008), Mbembe (2018), Gomes (2012) e Bento (2005), e a análise crítica de discurso de van Dijk (2001, p. 466), considerando “a maneira como o abuso e a desigualdade do poder social são representados, reproduzidos, legitimados e resistidos pelo texto e pela fala no contexto social e político”.

Compreendemos que é fundamental a necessidade de pensar em novas epistemologias que possam construir um sistema educacional equitativo e atender a população racializada, com uma busca constante pela reflexão sobre raça e racismo. Destacamos que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes, em que os Estados-membros, a sociedade civil e todos os outros atores relevantes tomam medidas eficazes para a implementação do programa de atividades antirracistas (reconhecimento – justiça – desenvolvimento) por meio de ações que proponham e introduzam políticas públicas em nível (inter) nacional, com base em políticas e programas de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às formas conexas de intolerância enfrentadas pelas pessoas de ascendência africana. Por exemplo, na área educacional, a referida resolução destaca, em uma de suas subseções, o objetivo de promover maior conhecimento, reconhecimento e respeito pela cultura, pela história e pelo patrimônio dos povos de ascendência africana por meio da investigação e da educação (Organização das Nações Unidas, 2014).

Assim, enfatizamos a importância de problematizar as experiências e vivências de Silva (2017, 2023) no campo de pesquisa que envolveu o debate sobre a educação antirracista. Isto é, a educação antirracista, no espaço educacional, visa promover práticas pedagógicas e curriculares que estabeleçam ações que valorizem a história e cultura de africanos, afrodescendentes, dos povos indígenas do povo Roma [“ciganos”], combatendo o racismo institucional nas sociedades contemporâneas. Neste trabalho optamos por utilizar a categoria Roma. Compartilhamos as considerações de Silvia Maeso (2019), quando a autora diz que:

Desde a década de 1970 tem havido uma crescente rejeição da palavra “cigano” como categoria para referir-se à população Roma ao ser

considerada uma categoria de denominação externa, fruto do sistema de dominação racista. Não obstante, no contexto oficial português utiliza-se a denominação “comunidades de etnia cigana” e a população se autoidentifica geralmente como “cigana” (Maeso, 2019, p. 2.039).

Em geral, compreendemos também que a educação antirracista refere-se a várias estratégias organizacionais/institucionais de combate ao racismo para eliminar formas de discriminação e opressão que atingem populações racializadas e que se reproduzem nos âmbitos da política, da economia, da educação, das relações cotidianas etc., explicitando assuntos relacionados a raça, racismo, poder, privilégio, discriminação, equidade, justiça e direitos humanos, e não apenas aspectos culturais acerca de raça (histórica e socialmente construída) e etnia (associada à identidade étnica ou cultural), como têm discutido, entre outros/as, Eliane Cavalleiro, Aparecida de Jesus Ferreira, David Gillborn, Marcos Silva, Barry Troyna e Bruce Carrington. Entendemos que, do ponto de vista da educação antirracista, é fundamental e urgente, nas sociedades contemporâneas, avançar e superar a ideia de um currículo que não silencie a história e a cultura de africanos, de afro-brasileiros e de povos indígenas, entre outros grupos racializados.

Na contemporaneidade, os movimentos sociais de base, especialmente o Movimento Negro brasileiro, e as lutas antirracistas se multiplicam e se fortalecem, buscando a visibilidade e o reconhecimento da história e da cultura de grupos racializados, em que a educação constitui um dos principais bens e mecanismos de transformação de um povo. Desse modo, a educação é fundamental no processo de formação de qualquer sociedade, abrindo caminhos para a expansão da cidadania. Mas esse processo não se limita apenas ao campo educacional, é importante um conjunto de articulações entre processos educacionais, políticas públicas e movimentos sociais.

Por um lado, para a formação de um pesquisador, fazem-se necessários anos de estudos: “O debate sobre modelos de formação pós-graduada tem sido, por sua vez, um dos temas centrais em discussões que envolvem esse nível de ensino, talvez até como corolário de sua expansão e consolidação” (Velloso, 2004, p. 585). Uma particularidade da sociedade brasileira é que a formação e a prática em pesquisa ocorrem quase que exclusivamente no âmbito da pós-graduação (Guimarães; Lourenço; Cosac, 2001; Velloso, 2004; Velho, 2007).

Por outro lado, nota-se também que o Censo de 2010 é o primeiro em que a população negra supera a população branca (Artes; Ricoldi, 2015). Esse é um fato importante de ascensão da população negra à pós-graduação e sugere uma mobilidade educacional atualmente provocada em parte pelas políticas de ação afirmativa com recorte racial na graduação e estendido à pós-graduação. É como se houvesse uma “demanda reprimida” de acesso dos negros à educação superior. Como observaram Artes e Ricoldi

(2015), tais mudanças devem ser avalizadas no contexto das políticas de ação afirmativa, que, de forma mais intensa, a partir dos anos 2000, foram adotadas por governos no gerenciamento de suas políticas para a educação superior.

Uma constatação é a disponibilidade, atualmente, de inúmeros grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs) e pesquisadores(as) localizados na plataforma Lattes sob o descritor “relações raciais”, além da realização periódica do Congresso de Pesquisadores Negros (Copene) e da criação de coletivos negros universitários (Trindade, 2021; Silva; Araújo, 2023).

No entanto, se, por um lado, encontramos, na literatura sobre relações raciais no Brasil, negros/as que alcançaram um elevado nível de educação formal – “intelectuais negros/as”, “pesquisadores/as negros/as”, como apontam os estudos de Cunha Jr. (2003) e Santos (2011), por outro, há que se constatar o caráter crônico das desigualdades raciais na educação brasileira. Isso significa que as políticas de caráter universalistas, cujos efeitos foram sendo percebidos ao longo dos anos, ainda não foram suficientes para desconstruir as desigualdades raciais na sociedade brasileira, constatadas e atestadas pelos indicadores sociais. Nota-se que a história da educação do negro no Brasil traz para o nosso convívio determinações históricas de exclusão.

O conceito analítico de raça como construção social é fundamental para a compreensão do racismo e das desigualdades sociais, estruturais e simbólicas observadas na sociedade em geral. O conceito de raça permite sustentar um olhar analítico e político para o campo de estudos das relações raciais, no intuito de descrever e interpretar a operação do racismo estrutural e simbólico na produção e sustentação de desigualdades sociais brasileiras, bem como refletir sobre estratégias para sua superação. As consequências do passado escravista e colonial do Brasil não podem ser omitidas quando se trata das desigualdades sociais e raciais no país, que estão associadas à manutenção de um sistema político e educacional pouco democrático que reforça as intensas desigualdades. Portanto, devido à seletividade persistente do sistema educacional brasileiro, justificam-se a adoção e a manutenção de políticas de ação afirmativa, principalmente no ensino superior no país (Lei nº 14.723/2023)⁴ e no campo do trabalho (Lei nº 12.990/2014).⁵

Nas palavras de Joaquim B. Barbosa Gomes (2001, p. 133):

4 Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

5 Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

Nessa direção, ressaltam-se a importância e a atuação dos movimentos sociais brasileiros (Movimento Negro) que trouxeram as discussões sobre o racismo, a discriminação, as ações afirmativas, entre outras, para a agenda política no Brasil. Como bem apontou Nilma Lino Gomes (2017), a atuação do Movimento Negro também se deu nos fóruns decisivos da política educacional, reivindicada pelos movimentos sociais negros. Embora as políticas públicas educacionais já estejam em vigor no país, em especial a Lei nº 10.639/2003 (história e cultura afro-brasileira e africana) e suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), além da Lei nº 11.645/2008 (história e cultura afro-brasileira e indígena) e das políticas de ação afirmativas, observa-se que, com o ingresso na universidade, os estudantes pretos e pardos (negros) e indígenas/coletivos negros e indígenas ainda lutam por reivindicações com vistas a uma educação antirracista que valorize tais presenças nas instituições de ensino superior (expressões políticas, culturais, sociais, referenciais epistemológicos).

Foto 3: Cultura afro-brasileira



Fonte: Acervo dos autores.

Na trilha de autores como Nilma Gomes (2012) e Silva (2023), no que se refere à descolonização de currículos educacionais e em um contexto em que se reivindica um currículo que promova uma ruptura da perspectiva eurocêntrica:

[...] é fundamental o desenvolvimento de mudanças epistemológicas, de práticas pedagógicas que contemplem a história e cultura de populações racializadas (povos indígenas, [...] população negra/afrodescendente, dentre outras), formando educadores/profissionais que possam refletir sobre o racismo e das histórias silenciadas nos currículos educacionais. Este processo de transformação social e político exige questionamento dos lugares de poder (Coelho *et al.*, 2023, p. 68).

Entre outras demandas de estudantes negros universitários, citamos como exemplos: as políticas de permanência (bolsa), a moradia, o transporte e a alimentação, além de questões subjetivas (representatividade do corpo docente). O número de estudantes negros/as cresceu nas universidades, mas ainda é reduzido o número de professores/as negros/as. Os coletivos negros têm promovido debates, rodas de conversas e mesas de discussões, enfatizando a necessidade de atualizações na estrutura curricular relacionadas à questão racial (implementação de disciplinas obrigatórias, referencial teórico-metodológico), assim como o compartilhamento de produção intelectual dos coletivos negros e de referências negras, para além dos muros acadêmicos (Trindade, 2021; Silva; Araújo, 2023).

Em geral, os coletivos negros em universidades (públicas e privadas) têm atuado por meio de projetos em escolas públicas e particulares, objetivando dialogar e trocar saberes, cultura, história, ancestralidade com a comunidade escolar. O surgimento de inúmeros coletivos negros nas universidades mostra que a questão racial vem conquistando maior destaque nos últimos anos no ensino superior no Brasil e apresenta a possibilidade de um diálogo entre esses coletivos negros e a comunidade acadêmica (instituição, alunos, professores), por meio de diálogos e debates considerados de extrema importância a toda a sociedade, como é o caso do racismo e da discriminação racial. Esses coletivos negros têm criado espaços na mídia (jornais, redes sociais) para divulgar narrativas negras no espaço cultural e principalmente para denunciar o racismo na sociedade brasileira. Outras pautas desses coletivos negros buscam dar visibilidade ao sistema de cotas para a pós-graduação e à ampliação de restaurantes universitários (Trindade, 2021; Silva; Araújo, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Ramos (2022), a antropologia tem dado o seu contributo à compreensão dos modos de pensar, de existir e de agir das populações humanas. Todavia, são visíveis os legados coloniais e o racismo epistêmico em muitas abordagens antropológicas. As pesquisas desenvolvidas por pesquisadores de populações historicamente marginalizadas têm demonstrado que, entre outros aspectos, a descolonização epistêmica é um oxigênio indispensável para a renovação e reinvenção disciplinar da antropologia. Além do revigoração que traz à academia, esses trabalhos têm acolhido no seu âmago as demandas sociais e ambientais e contribuído para a projeção de sociedades justas e dignas. Para Silva (2023), o racismo afeta diretamente populações racializadas de vários setores sociais e tem alta incidência no campo educacional. O racismo historicamente tem perpetuado, por meio de diferentes práticas racializadas, o poder do grupo social construído como branco, desfavorecendo sistematicamente os grupos racializados.

Em geral, neste trabalho buscamos dar ênfase à tríade: educação antirracista, descolonização epistêmica e produção de conhecimento. Compreendemos que o racismo afeta diretamente populações racializadas de vários setores sociais e tem alta incidência no campo educacional. O racismo historicamente tem perpetuado, por meio de diferentes práticas racializadas, o poder do grupo social construído como branco, desfavorecendo sistematicamente os grupos racializados. Compreende-se que quanto mais se expande o direito à educação e se democratiza o acesso à universidade, mais pessoas de grupos racializados tendem a adentrar no espaço acadêmico. Quais são as respostas epistemológicas no campo da educação a esse movimento? Estarão os sistemas educativos das sociedades contemporâneas a responder aos desafios sociais e culturais de uma sociedade cada vez mais diversa? Como os sistemas educacionais responderam às demandas de uma condição pós-colonial? Como abordar o currículo educacional em um contexto de diversidade e desigualdade? Desse modo, entendemos que é fundamental colocar em primeiro plano, no que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão, uma reflexão sobre o efeito das lógicas sociais e das dinâmicas de poder e privilégio num mundo acadêmico branco, em que, em algum momento, o racismo atravessa, seja como docente, pesquisador ou estudante.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, J. S.; JOBSON, R. C. The decolonizing generation: (race and) theory in anthropology since the eighties. *Current Anthropology*, v. 57, n. 2, p. 129-148, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1086/685502>.
- ALVES, E. A. *Rés negras, judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana*. 2015. Dissertação

- (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ALVES, J. A. F*ck the police!: antiblack statecraft, the myth of cops' fragility, and the fierce urgency of an insurgent anthropology of policing. *Focaal: Journal of Global and Historical Anthropology*, v. 91, p. 100-114, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3167/fcl.2021.910108>.
- ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 858-881, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053143273>.
- BENTO, M. A. S. Branquitude e poder: a questão das cotas para negros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. *Proceedings [...]*. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100005&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 14 dez. 2023.
- BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 11, 22 jun. 2004. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_res01_04.pdf?query=etnico%20racial. Acesso em: 12 dez. 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 14 dez. 2023.
- BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, n. 216, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.legjur.com/legislacao/art/lei_00147232023-0. Acesso em: 13 dez. 2023.
- CARMICHAEL, S.; HAMILTON, C. *Black power: the politics of liberation in America*. New York: Vintage, 1967.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- COELHO, L. X. P et al. (org.). O antirracismo em disputa: conceitos, debates públicos e projetos políticos. Caderno de debate do projeto POLITICS. 2023. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/01_POLITICS_V7_Versao%20Digital.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.
- CUNHA JÚNIOR, H. A formação de pesquisadores negros no Brasil. *ComCiência*, n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/negros/17.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- DELORIA, V. *Custer died for your sins: an Indian manifesto*. Norman: University of Oklahoma, 1988.
- ESSED, P. *Understanding everyday racism: interdisciplinary theory*. London: Sage, 1991.

- FABIAN, J. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece o seu objeto*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.
- FIRMIN, A. *De l'egalite des races humaines (anthropologie positive)*. Paris: Librairie Cotillon, 1885. Disponível em: <https://afrikhepri.org/pt/de-legalite-des-races-humaines-antenor-firmin-pdf/>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 38, n. 151, p. 129-152, jul./set. 2001. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/705>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- GOMES, N. L. *O movimento negro educador*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GORDON, L. *An introduction to Africana philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Tradução Inês Martins Ferreira. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 115-147, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.69>.
- GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/jep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jft8wxWxC/?format=pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- GUIMARÃES, R.; LOURENÇO, R.; COSAC, S. O perfil dos doutores ativos em pesquisa no Brasil. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 13, p. 122-150, dez. 2001. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=28469>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- HALE, C. R. *Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship*. Berkeley: University of California Press, 2008.
- HARRISON, F. *Decolonizing anthropology: moving further toward an anthropology for liberation*. Washington: Association of Black Anthropologists and American Anthropological Association, 1991.
- JONES, D. J. Towards a native anthropology. *Human Organization*, v. 29, n. 4, p. 251-259, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44125050>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- KING, T. L. Humans involved: lurking in the lines of Posthumanist Flight. *Critical Ethnic Studies*, v. 3, n. 1, p. 162-185, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5749/jcritethnstud.3.1.0162>.

- MAESO, S. R. O estado de negação e o presente-futuro do antirracismo: discursos oficiais sobre racismo, 'multirracialidade' e pobreza em Portugal (1985-2016). *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 3, p. 2033–2067, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/43883>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- MAFEJE, A. *Anthropology in post-independence Africa: end of an era and the problem of self-redefinition*. Nairobi: Heinrich Böll Foundation, 2001.
- MAGUBANE, B. M.; FARIS, J. C. One the political relevance of anthropology. *Dialectical Anthropology*, n. 9, p. 91-104, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29790124>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- NARAYAN, K. How native is a “native” anthropologist? *American Anthropologist*, v. 95, n. 3, p. 671-686, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/679656>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). Disponível em: <https://www.decada-afro-onu.org/>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 68/262 da Assembleia Geral das Nações Unidas. 2014. Disponível em: https://dbpedia.org/page/United_Nations_General_Assembly_Resolution_68/262. Acesso em: 20 fev. 2025.
- RAMOS, M. R. T. P. Descolonização epistêmica, pesquisa ativista e antropologia. *Cadernos IS-UP*, n. 2, p. 61-68, 2022. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/Cadernos-ISUP_1/article/view/12944. Acesso em: 20 dez. 2024.
- RAMOS, M. R. T. P. *Missionários do sul: evangelização, globalização e mobilidades dos pastores cabo-verdianos da Igreja do Nazareno*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
- SANTOS, S. A. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-25, 2011. DOI: <https://doi.org/10.12660/rm.v3n5.2011.62800>.
- SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.
- SAWAIA, B. B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SHANGE, S. *Progressive dystopia: abolition, antiblackness, and schooling in San Francisco*. Durham: Duke University Press, 2019.
- SILVA, M. A. B. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. *Educação e Pesquisa*, v. 47, p. e226218, 2021.
- SILVA, M. A. B. *Discursos étnico-raciais proferidos por pesquisadores/as negros/as na pós-graduação: acesso, permanência, apoios e barreiras*. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

- SILVA, M. A. B. Pedagogia, práticas pedagógicas e educação antirracista. *Currículo sem Fronteiras*, v. 23, p. e1832, 2023.
- SILVA, M. A. B. Racismo Institucional: pontos para reflexão. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 3, n. 1, p. 127-136, 2017.
- SILVA, M. A. B.; ARAÚJO, D. P. Agora é nós por nós: as políticas de ação afirmativa e a (re) organização política afro-indígena nas universidades. Editorial. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 10, n. 10, p. 9-11, 2023.
- SILVA, M. A. B.; MUNIZ, B. B. Institutional racism and the legal field: limits, expectations and potentialities of knowledge production about race in brazilian universities. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1-29, 2024.
- SMITH, L. T. *Decolonizing methodologies*. Research and indigenous people. New York: Zed Books, 1999.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- TONDA, J. L'impossible décolonisation des sciences sociales africaines. *Mouvements*, v. 4, n. 72, p. 108-119, 2012. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-mouvements-2012-4-page-108.htm>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- TRINDADE, L. R. *Fortalecendo os fios: a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da Região Sudeste*. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.
- VAN DIJK, T. A. Critical discourse analysis. In: TANNEN, D. et al. *The handbook of discourse analysis*. London: Wiley Blackwell, 2001. p. 352-371.
- VELHO, L. O papel da formação de pesquisadores no sistema de inovação. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 4, p. 23-28, 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 dez. 2023.
- VELLOSO, J. Mestres e doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 583-611, set. 2004.

Recebido em: fevereiro de 2024.

Aprovado em: maio de 2024.